

GABINETE DE AUDITORIA INTERNA E QUALIDADE (GAIQ)		Responsável pelo cumprimento normativo: Sr.º Presidente da Câmara Dr.º Isabel Simões Pinto						Matriz de Risco - ANEXO [ABRIL/2026]									
		Riscos decorrentes de segmentos de atividade associados às áreas funcionais/ competências previstas no Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (Despacho n.º 12148/2019 publicado em DRE a 18/12/2019)						RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ANUAL DOS RISCOS CONSTANTES NO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS									
Nº	Principais Áreas funcionais/ competências	Segmentos de Atividade e Exercício de funções com riscos	Riscos Identificados (Conexos com as funções/ ações/ procedimentos)	Classificação e Graduação do Risco [24/10/2024]			Controlos existentes a acionar I Medidas preventivas e/ ou corretivas	Responsável (eis) p/ Implementação das medidas propostas (cargo ou carreira/ categoria e nome)	Possibilidades de resposta: (1) Medida implementada; (2) Medida em curso de implementação; (3) Medida não implementada; () nada aplicável (na)	GR EM RESULTADO DO GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDA(S)			[ABRIL/2026]				
				PO	I	GR				PO	I	GR	O grau do risco:		O risco é de:		
				Baixa (1) Média (2) Alta (3)	Baixo (1) Médio (2) Alto (3)	Mínimo Fraco Moderado Elevado Máximo			1 2 3	1 2 3	Mínimo Fraco Moderado Elevado Máximo	Aumentou	Mantém-se	Reduziu	Manter	Transferir	Eliminar
1	Edifícios e Equipamentos	Conservação e Manutenção de Edifícios Municipais	Planeamento Insuficiente e Inadequado na Correção de anomalias/ avarias que envolvem a Contratação Externa;	2	2	Moderado	1) Identificação dos Edifícios a serem intervenionados; 2) Elaboração de Plano de Monitorização e Validação Mensal dos Edifícios a intervenionar;	DPOM	(2) Medida em curso de implementação	2	2	Moderado	x		x		
2	Edifícios e Equipamentos	Gestão de Equipamentos Desportivos e de Recreio	Acidentes por Mau Estado de Conservação dos Equipamentos;	2	2	Moderado	1) Elaboração de Plano de Manutenção Preventiva e Inspeções Regulares;	DGED DPOM	(2) Medida em curso de implementação	2	2	Moderado	x		x		
3	Parque Automóvel	Gestão e Manutenção do Parque Automóvel	Utilização abusiva dos veículos de serviço;	2	3	Elevado	1) Existência de Normas de Utilização das Viaturas, elaboradas e aprovadas pelo Órgão Executivo; 2) Cumprimento das Normas de Utilização, incluindo a Implementação do Preenchimento dos Mapas Diários de Utilização; 3) Exigência de apresentação de Autorização para a Utilização da Viatura; 4) Avaliação/ Análise dos Consumos Médios Mensais por cada Veículo;	DPOM Executivo Municipal	(2) Medida em curso de implementação	2	2	Moderado	x		x		
4	Contratação Pública	Processo Aquisitivo	Deficiente Cumprimento de Diplomas Legais e Regulamentares no âmbito da Contratação Pública nos Procedimentos Pré-Contratuais; Possibilidade de existência de Contratos Inválidos;	2	2	Moderado	1) Realização de Formação na Área da Contratação Pública para os Trabalhadores desta área, potenciais Gestores de Contrato, Responsáveis pela Fiscalização e Interlocutores dos Serviços Requisitantes;	DEF TRANSVERSAL	(1) Medida implementada	1	2	Fraco	x		x		
5	Contratação Pública	Processo Aquisitivo	Invocação indevida do Regime da Contratação excluída ou de Critérios Materiais para a escolha do Ajuste Direto;	2	2	Moderado	1) Realização de Formação na Área da Contratação Pública para os Trabalhadores desta área, potenciais Gestores de Contrato, Responsáveis pela Fiscalização e Interlocutores dos Serviços Requisitantes;	DEF TRANSVERSAL Executivo Municipal	(1) Medida implementada	2	2	Moderado	x		x		
6	Contratação Pública	Planeamento de Necessidades	Fracionamento da Despesa (repetição de Procedimentos de Aquisição do mesmo Bem/ Serviço ou Empreitada ao longo de um Ano);	2	2	Moderado	1) Análise Prévia e Fundamentação baseada nas Necessidades e Critérios específicos da Contratação em apreço e Observação dos Requisitos Legais exigidos pelo Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia; 2) Estabelecer um Plano Anual de Aquisição de Bens e Serviços e de Empreitadas, Calendarizado e Centralizado;	DEF TRANSVERSAL	(3) Medida não implementada	2	2	Moderado	x		x		
7	Contratação Pública	Elaboração das Peças Procedimentais	Realização de obras sem prévio registo do prédio(s) rústico(s) ou urbano(s) a favor do Município ou sem que o mesmo esteja sob a sua gestão, nos termos legalmente previstos;	2	2	Moderado	1) Confirmação e junção às propostas de realização de empreitadas de declaração emitida pelo dirigente pelo serviço responsável pela execução da obra, sobre a existência de titularidade ou outro tipo de legitimidade para intervenção, pelo Município, no prédio(s);	DPOM	(1) Medida implementada	2	1	Fraco	x		x		
8	Contratação Pública	Planeamento de Necessidades	Ausência ou deficiente fundamentação das propostas de aquisição;	2	2	Moderado	1) Fundamentação das propostas de aquisição de bens ou serviços com definição de objetivos a atingir, requisitos/características dos bens ou serviços a adquirir, bem como a avaliação da relação custo-benefício, com os respetivos comparativos, quando aplicável, face aos anos transatos;	DEF TRANSVERSAL Executivo Municipal Gestor de Contrato	(1) Medida implementada	1	2	Fraco	x		x		
9	Contratação Pública	Escolha das Entidades a Convidar	Escolha das entidades em violação dos limites previstos no artigo 113.º, n.º 2, do CCP;	2	2	Moderado	1) Consulta no sistema informático, prévia à proposta de contratação, do histórico de adjudicações com a(s) entidade(s) que se pretende convidar;	DEF TRANSVERSAL Executivo Municipal	(1) Medida implementada	1	2	Fraco	x		x		
10	Contratação Pública	Escolha das Entidades a Convidar	Em procedimentos com recurso a consulta prévia, escolha de entidades a convidar com os mesmos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência;	2	3	Elevado	1) Utilização de plataforma que permita a emissão de relatórios estruturais, para aferir a identidade dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência;	DEF	(1) Medida implementada	2	2	Moderado	x		x		
11	Contratação Pública	Escolha das Entidades a Convidar	Escolha dos empreiteiros a convidar em procedimentos com recurso a ajuste direto e consulta prévia a incidir sobre as empresas sem alvará de empreiteiro de obras públicas com as autorizações necessárias e devidas para a execução da obra;	2	2	Moderado	1) Aferição e confirmação, por trabalhadores distintos, das autorizações necessárias à execução da obra, nos alvarás de empreiteiro de obras públicas detidas pelos empreiteiros a convidar;	DPOM	(1) Medida implementada	2	1	Fraco	x		x		
12	Contratação Pública	Elaboração das Peças Procedimentais	Subjetividade dos critérios de avaliação das propostas, com inserção de dados não quantificáveis nem comparáveis;	2	2	Moderado	1) Criação de regras de uniformização dos critérios de fixação dos fatores de ponderação de propostas, de forma que os mesmos sejam claros e objetivos e facilmente comparáveis, bem como incidam somente sobre os aspetos da execução do contrato e não sobre os concorrentes; 2) Enunciação de forma clara e suficientemente pormenorizada dos critérios de adjudicação, fatores e subfatores de avaliação das propostas.	DEF TRANSVERSAL	(1) Medida implementada	2	1	Fraco		x	x		
13	Contratação Pública	Elaboração das Peças Procedimentais	Colocação de exigências não usuais e/ou demasiado específicas que conduzam para determinado fornecedor de bens ou prestador de serviços concreto;	2	2	Moderado	1) Não fixação de requisitos no programa do concurso e nas cláusulas técnicas do caderno de encargos de exigências passíveis de gerar discriminação de concorrentes.	DEF TRANSVERSAL Executivo Municipal	(1) Medida implementada	1	2	Fraco	x		x		
14	Contratação Pública	Elaboração das Peças Procedimentais	Inexistência de cláusulas sancionatórias para salvaguarda do cumprimento integral do contrato;	2	2	Moderado	1) Inscrição de cláusulas sancionatórias para aplicação no caso de incumprimento dos contratos.	DEF TRANSVERSAL Executivo Municipal	(1) Medida implementada	1	2	Fraco	x		x		
15	Contratação Pública	Publicação do Contrato	Não publicação ou publicação tardia do contrato no Portal dos Contratos Públicos (base.gov);	2	2	Moderado	1) Criação/manutenção de procedimento interno que garanta verificação da publicação do contrato no Portal dos Contratos Públicos (base.gov) e arquivo do correspondente comprovativo no processo.	DEF	(1) Medida implementada	1	2	Fraco		x	x		
16	Contratação Pública	Lançamento do Concurso	Incumprimento dos princípios da contratação pública (p.e., concorrência, transparência, respeito pelas regras no acesso, igualdade, etc);	2	2	Moderado	1) Tramitação de todos os procedimentos, inclusive ajustes diretos e consultas prévias, através da plataforma de contratação pública, com a devida fundamentação nas situações de tramitação por correio eletrónico; 2) No caso do recurso ao procedimento interno de consulta preliminar ao mercado, assegurar que as correspondentes evidências (todos os atos processuais) sejam juntas ao procedimento de contratação;	DEF TRANSVERSAL Executivo Municipal	(2) Medida em curso de implementação	2	1	Fraco		x	x		
17	Contratação Pública	Outras Vicissitudes	Contratação de serviços com recurso a figuras jurídicas (Protocolos/ Acordos) em violação do regime de contratação pública;	2	2	Moderado	1) Sempre que do "protocolo" a celebrar resultar a assunção de despesa pelo Município a favor da outra parte, solicitação de análise técnica à Contratação Pública, sobre a eventual adequação do objeto da natureza da prestação pretendida às regras legais previstas no CCP;	DEF TRANSVERSAL Executivo Municipal	() nada aplicável (na)	2	1	Fraco		x	x		
18	Contratação Pública	Controlo da Execução do Contrato	Atrasos na execução do contrato com prejuízo para o interesse público;	2	2	Moderado	1) Elaboração de mapas de acompanhamento da execução do contrato; 2) Reporte periódico pelo gestor da execução do contrato e nas situações de incumprimento, com proposta de medidas de correção;	DEF Gestor de Contrato	(3) Medida não implementada	2	2	Moderado	x		x		
19	Contratação Pública	Controlo da Execução do Contrato	Elevado volume de trabalhos complementares;	2	2	Moderado	1) Realização de formação na área da contratação pública para os trabalhadores da contratação pública, fiscais de obra e potenciais gestores de contrato; 2) Cumprimento do CCP;	DPOM Gestor de Contrato	(1) Medida implementada	2	1	Fraco	x		x		
20	Contratação Pública	Controlo da Execução do Contrato	Inexistência ou deficiência de controlo das quantidades e características dos materiais aplicados nas obras de acordo com o estabelecido no projeto e Caderno de Encargos;	2	2	Moderado	1) Fiscalização sistemática dos trabalhos executados e da qualidade dos materiais incorporados com elaboração de relatórios de acompanhamento exaustivos;	DPOM Gestor de Contrato Fiscalização da Obra	(1) Medida implementada	2	1	Fraco	x		x		

GABINETE DE AUDITORIA INTERNA E QUALIDADE (GAIQ)		Responsável pelo cumprimento normativo: Sr.ª Presidente da Câmara Dr.ª Isabel Simões Pinto						Matriz de Risco - ANEXO [ABRIL/2026] RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ANUAL DOS RISCOS CONSTANTES NO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS											
Riscos decorrentes de segmentos de atividade associados às áreas funcionais/ competências previstas no Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (Despacho n.º 12148/2019 publicado em DRE a 18/12/2019)																			
Nº	Principais Áreas funcionais/ competências	Segmentos de Atividade e Exercício de funções com riscos	Riscos Identificados (Conexos com as funções/ ações/ procedimentos)	Classificação e Gradação do Risco [24/10/2024]			Controlos existentes a acionar I Medidas preventivas e/ ou corretivas	Responsável (eis) p/ Implementação das medidas propostas (cargo ou carreira/ categoria e nome)	Possibilidades de resposta: (1) Medida implementada; (2) Medida em curso de implementação; (3) Medida não implementada; () nada aplicável (na)	GR EM RESULTADO DO GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDA(S)		[ABRIL/2026]							
				PO	I	GR				PO	I	GR	O grau do risco:		O risco é de:				
				Baixa (1) Média (2) Alta (3)	Baixo (1) Médio (2) Alto (3)	Mínimo Fraco Moderado Elevado Máximo				1 2 3	1 2 3	Mínimo Fraco Moderado Elevado Máximo	Aumentou	Mantém-se	Reduziu	Manter	Transferir	Eliminar	
21	Contratação Pública	Controlo da Execução do Contrato	Inexistência de um controlo rigoroso dos custos do contrato tendo por pressuposto os valores orçamentados;	2	2	Moderado	1) Criação de um mapa de controlo de saldos e consumos, atualizados em permanência no decurso da execução do contrato, nas empreitadas e/ou no fornecimento de bens e serviços;	DPOM Gestor de Contrato Fiscalização da Obra	(1) Medida implementada	2	1	Fraco	x		x				
22	Contratação Pública	Controlo da Execução do Contrato	Inexistência de advertências sempre que detetadas situações irregulares na execução do contrato;	2	2	Moderado	1) Acompanhamento/ fiscalização contínua da execução dos contratos e reporte de irregularidades detetadas;	DPOM Gestor de Contrato Fiscalização da Obra	(1) Medida implementada	2	2	Moderado	x		x				
23	Contratação Pública	Controlo da Execução do Contrato	Incumprimento ou cumprimento defeituoso do contrato;	2	2	Moderado	1) Aplicação das penalidades definidas no caderno de encargos; 2) Criação de uma base de dados que inclua o registo da aplicação de penalidades, para além da avaliação de desempenho técnico, temporal e financeiro dos fornecedores, prestadores de serviços e/ou empreiteiros;	DPOM Gestor de Contrato Fiscalização da Obra	(2) Medida em curso de implementação	2	2	Moderado	x		x				
24	Contratação Pública	Tramitação Procedimental	Risco de erro humano na tramitação do procedimento, nomeadamente na preparação das peças e informações ao órgão competente, devido ao número muito significativo de procedimentos identificados como necessidades urgentes;	2	2	Moderado	1) Definição de procedimento e regras para classificação dos procedimentos como efetivamente urgentes; 2) Consolidação da implementação do plano anual de aquisições e sua monitorização com a promoção de reuniões regulares com os serviços requisitantes;	DEF DPOM TRANSVERSAL Executivo Municipal	(2) Medida em curso de implementação	2	2	Moderado	x		x				
25	Contratação Pública	Tramitação Procedimental	Deficiente instrução dos pedidos de contratação causada pela falta de fundamentação (da decisão de contratar, do preço base proposto e, se for o caso, das entidades a convidar e da não contratação por lotes);	2	2	Moderado	1) Realização de ações esclarecimento/sensibilização e de formação na área da contratação pública;	DEF DPOM	(1) Medida implementada	2	2	Moderado	x		x				
26	Contratação Pública	Lançamento do Concurso	Cadernos de Encargos, normas técnicas e outras peças processuais pouco claras e/ou com deficiências;	2	2	Moderado	1) Utilização adaptada de minutos para elaboração de peças processuais e caderno de encargos; 2) Verificação e validação hierárquica de conformidade das peças processuais; 3) Verificação técnica da conformidade do caderno de encargos e normas técnicas;	DEF DPOM TRANSVERSAL	(1) Medida implementada	2	1	Fraco		x	x				
27	Contratação Pública	Análise e Avaliação de Propostas	Falta de imparcialidade na tomada de decisão/Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência na preparação, tramitação e/ou gestão dos contratos;	2	2	Moderado	1) Alargamento do âmbito da subscrição de declaração de inexistência de conflito de interesses a todos os intervenientes e em todos os processos, nos termos do art.º 67º, n.º 5, do CCP;	DEF DPOM Membros do Júri	(1) Medida implementada	2	2	Moderado	x		x				
28	Contratação Pública	Análise e Avaliação de Propostas	Suborno ou corrupção;	2	3	Elevado	1) Procedimentos tramitados na Plataforma adequada; 2) Todos os atos processuais têm de ser documentados e constar do procedimento; 3) Eventuais contactos diretos com os interessados que sejam necessários têm de se realizar com a presença de pelo menos de 2 técnicos e devem ser documentados;	DPOM Membros do Júri Executivo Municipal	(1) Medida implementada	2	2	Moderado	x		x				
29	Contratação Pública	Gestão de Cofinanciamentos	[Riscos: 29 + 30 + 31 + 32 + 33] Deficiente divulgação e interpretação dos programas nacionais e internacionais de cofinanciamento;	2	2	Moderado	1) Consulta e registo diário, em base de dados, das aberturas das candidaturas aos programas de cofinanciamento divulgados nas várias plataformas das entidades gestoras; 2) Contactos regulares para esclarecimento de dúvidas e solicitação de informação com as várias entidades gestoras, com vista à concretização da candidatura a projetos;	DEF	(1) Medida implementada	2	2	Moderado	x		x				
30	Contratação Pública	Gestão de Cofinanciamentos	[Riscos: 29 + 30 + 31 + 32 + 33] Impossibilidade de instrução de candidaturas, de acordo com os avisos de abertura e respetivos regulamentos;	2	2	Moderado	1) Recolha dos documentos instrutórios junto dos diversos responsáveis organicamente de forma que sejam cumpridos os prazos estipulados, no caso de ser intenção do Município submeter a candidatura; 2) Promoção de reuniões de trabalho com os intervenientes necessários;	DEF Executivo Municipal	(1) Medida implementada	2	2	Moderado	x		x				
31	Contratação Pública	Gestão de Cofinanciamentos	[Riscos: 29 + 30 + 31 + 32 + 33] Ausência de apresentação, ou apresentação deficiente, dos pedidos de pagamento, inviabilizando o atempado recebimento do montante do cofinanciamento;	2	2	Moderado	1) Acompanhamento da evolução dos pagamentos e pedidos efetuados, através de um quadro de monitorização dos financiamentos; 2) Submissão de pedidos de pagamento logo que estejam reunidos todos os documentos necessários;	DEF Executivo Municipal	(1) Medida implementada	2	2	Moderado	x		x				
32	Contratação Pública	Candidaturas a Financiamentos	[Riscos: 29 + 30 + 31 + 32 + 33] Falta de controlo da execução das obras financiadas; Atraso nos pedidos de reembolso de financiamentos aprovados;	2	2	Moderado	1) Controlo da execução das obras financiadas com a implementação de um sistema de registo de verificação periódica, com reporte mensal e registo de evolução;	DEF DPOM	(1) Medida implementada	1	2	Fraco		x	x				
33	Contratação Pública	Candidaturas a Financiamentos	[Riscos: 29 + 30 + 31 + 32 + 33] Deficiências no projeto de execução e/ou incompatibilidades entre as várias especialidades que pode originar existência de erros, omissões ou incongruências nos projetos;	2	2	Moderado	1) Revisão de todos os Projetos;	DPOM	(1) Medida implementada	2	1	Fraco		x	x				
34	Contratação Pública	Elaboração de Projetos	Atrasos na conclusão do projeto (elevada dependência de pareceres de entidades externas);	2	2	Moderado	1) Monitorização das várias fases do projeto com a realização de reuniões periódicas com os vários intervenientes; 2) Definição dos prazos de cada uma das fases de Projeto; 3) Envio atempado às entidades;	DPOM	(1) Medida implementada	2	1	Fraco		x	x				
35	Contratação Pública	Fiscalização de Empreitadas de Obras Públicas	Ausência de procedimentos ou falta de aplicação dos procedimentos definidos;	2	2	Moderado	1) Elaboração e cumprimento de manual de procedimentos e/ou definição de procedimentos operacionais com a indicação da legislação a aplicar; 2) Assegurar a subscrição da declaração de inexistência de situações de incompatibilidades, impedimentos ou conflito de interesses, pelos técnicos da fiscalização e gestor do contrato por referência a cada obra fiscalizada, nos termos da Portaria n.º 185/2024/1, de 14 de agosto;	DPOM	(1) Medida implementada	2	2	Moderado	x		x				
36	Contratação Pública	Fiscalização de Empreitadas de Obras Públicas	Fiscalização ineficaz na fase de acompanhamento e receção de obra permitindo a execução de trabalhos em desconformidade com o contratado;	2	2	Moderado	1) Cumprimento de procedimentos operacionais na coordenação e fiscalização de obras, com implementação de checklists para verificação e confirmação dos autos de medição em conformidade com o caderno de encargos;	DPOM Gestor de Contrato Fiscalização da Obra	(1) Medida implementada	2	2	Moderado	x		x				
37	Contratação Pública	Fiscalização de Empreitadas de Obras Públicas	Trabalhos executados em desconformidade com o projeto;	2	2	Moderado	1) Estudo do projeto e acompanhamento da obra por parte das equipas projetistas, fiscalização e gestor do contrato;	DPOM Gestor de Contrato Fiscalização da Obra	(1) Medida implementada	2	2	Moderado	x		x				
38	Contratação Pública	Fiscalização de Empreitadas de Obras Públicas	Ocorrência de erro de medição da obra por parte da equipa da fiscalização;	2	2	Moderado	1) Assegurar a medição frequente e rigorosa da obra;	DPOM Gestor de Contrato Fiscalização da Obra	(1) Medida implementada	2	2	Moderado	x		x				
39	Contratação Pública	Fiscalização de Empreitadas de Obras Públicas	Deficiente avaliação ou análise para identificação de eventuais lacunas ou vulnerabilidades no decurso da obra	2	2	Moderado	1) Realização de Vistorias Técnicas e Fiscalização para Avaliação da Execução do Contrato por forma a corrigir situações irregulares ou derrapagens nos custos e nos prazos e Emissão de Autos de Medição e Relatórios;	DPOM Gestor de Contrato Fiscalização da Obra	(1) Medida implementada	2	2	Moderado	x		x				
40	Contratação Pública	Arrecadação da Receita	Recebimento de valores sem emissão de faturas/recibos (por inexistência de sistema informático de faturação);	2	3	Elevado	1) Generalização da implementação do sistema informático de faturação em todos os postos de cobrança da Câmara Municipal;	DEF Executivo Municipal	(3) Medida não implementada	2	3	Elevado	x		x				

GABINETE DE AUDITORIA INTERNA E QUALIDADE (GAIQ)				Responsável pelo cumprimento normativo: Sr.ª Presidente da Câmara Dr.ª Isabel Simões Pinto				Matriz de Risco - ANEXO [ABRIL/2026] RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ANUAL DOS RISCOS CONSTANTES NO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS											
Riscos decorrentes de segmentos de atividade associados às áreas funcionais/ competências previstas no Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (Despacho n.º 12148/2019 publicado em DRE a 18/12/2019)																			
Nº	Principais Áreas funcionais/ competências	Segmentos de Atividade e Exercício de funções com riscos	Riscos Identificados (Conexos com as funções/ ações/ procedimentos)	Classificação e Gradação do Risco [24/10/2024]			Controlos existentes a acionar I Medidas preventivas e/ ou corretivas	Responsável (eis) p/ Implementação das medidas propostas (cargo ou carreira/ categoria e nome)	Possibilidades de resposta: (1) Medida implementada; (2) Medida em curso de implementação; (3) Medida não implementada; () nada aplicável (na)	GR EM RESULTADO DO GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDA(S)		[ABRIL/2026]							
				PO	I	GR				PO	I	GR	O grau do risco:			O risco é de:			
				Baixa (1) Média (2) Alta (3)	Baixo (1) Médio (2) Alto (3)	Mínimo Fraco Moderado Elevado Máximo				1 2 3	1 2 3	Mínimo Fraco Moderado Elevado Máximo	Aumentou	Mantém-se	Reduziu	Manter	Transferir	Eliminar	
41	Gestão Financeira	Recebimentos por Transferência sem identificação	Não identificação da proveniência do valor;	2	2	Moderado	1) Implementação do modo de pagamento por referência multibanco; 2) Exigir o comprovativo do pagamento preferencial via Multibanco;	DAJ DEF TRANSVERSAL	(2) Medida em curso de implementação	2	2	Moderado	x		x				
42	Gestão Financeira	Pagamentos a Fornecedores	Possibilidade de pagamento a fornecedores sem a contraprestação respetiva;	2	2	Moderado	1) Obrigatoriedade de confirmação da entrega dos bens e/ou serviços prestados constantes da fatura;	DEF Gestores de Contrato	(1) Medida implementada	2	1	Fraco		x	x				
43	Gestão Financeira	Gestão do Fundo de Maneio	Uso indevido dos valores (entre a reconstituição e a prestação de contas);	2	2	Moderado	1) Realizar auditorias periódicas, e verificar o cumprimento da Norma de Controlo Interno (NCI);	DEF	(3) Medida não implementada	2	2	Moderado	x		x	x			
44	Gestão Financeira	Depósitos Bancários	Levantamento indevido de valores;	2	2	Moderado	1) Elaboração de Reconciliações Bancárias Mensais;	DEF	(2) Medida em curso de implementação	2	2	Moderado	x		x				
45	Gestão Financeira	Cabimentar, Processar e Pagar as Transferências da Competência da Câmara Municipal, incluindo as Transferências após Retenções	Incumprimento dos procedimentos e prazos legais;	2	2	Moderado	1) Elaboração de sistematização de procedimentos para que as transferências sejam efetuadas dentro dos prazos legais; 2) Elaboração e Implementação de checklists de Verificação;	DEF	(3) Medida não implementada	2	2	Moderado	x		x				
46	Gestão Financeira	Movimentação e Controlo de Existências	Deficiências ao nível da inventariação e avaliação dos bens existentes em armazém, podendo provocar uma sub/ sobrevalorização de existências por divergências verificadas entre os registos contabilísticos e as contagens físicas;	2	2	Moderado	1) Verificações periódicas para comparar registos contabilísticos com inventário físico, por amostragem, à data da verificação;	DEF	(3) Medida não implementada	2	2	Moderado	x		x				
47	Gestão Financeira	Movimentação e Controlo de Existências	Risco de apropriação indevida de bens públicos – entradas e saídas e/ou abates de armazém sem suporte documental e/ou sem justificação;	2	2	Moderado	1) Verificações e contagens periódicas;	DEF	(3) Medida não implementada	2	2	Moderado	x		x				
48	Gestão Financeira	Movimentação e Controlo de Existências	Falha de rotação de stocks, material obsoleto e deteriorado;	2	2	Moderado	1) Conferência de entradas e saídas; 2) Elaboração e atualização de fichas de inventário que garantam o registo permanente no sistema informático; Política de gestão de stocks – manter em stock o mínimo indispensável e necessário e encomendar apenas quando for necessário repor os stocks (compras centralizadas);	DEF	(3) Medida não implementada	2	2	Moderado	x		x				
49	Gestão Financeira	Movimentação e Controlo de Existências	Falha no controlo das existências;	2	2	Moderado	1) Centralização num único espaço das ferramentas e equipamentos; Acesso condicionado ao espaço; 2) Segregação de funções na entrega e levantamento dos equipamentos; 3) Listagem com a identificação das ferramentas/equipamentos; 4) Verificação hierárquica com periodicidade aleatória sobre a adequada utilização e o devido acondicionamento das ferramentas/equipamentos nos locais apropriados;	DPOM	(2) Medida em curso de implementação	2	2	Moderado	x		x				
50	Gestão Financeira	Elaboração e Controlo de Execução Orçamental e Financeira	Falhas na elaboração e controlo da execução orçamental e financeira;	2	2	Moderado	1) Construção do orçamento de acordo com a legislação em vigor, com conferência final se a receita corrente é superior à despesa corrente; 2) Apuramento do orçamento com base na receita efetiva; 3) Apuramento da despesa considerando a cobertura dos encargos a transitar, os encargos já assumidos para exercícios futuros, as despesas de funcionamento anuais e atividades programadas pelas Unidades orgânicas;	DEF Executivo Municipal	(1) Medida implementada	2	1	Fraco		x	x				
51	Gestão Financeira	Despesa	Assunção de despesas sem prévio cabimento na respetiva rubrica orçamental e/ou sem os demais requisitos de regularidade e legalidade financeira com a consequente nulidade dos atos;	2	2	Moderado	1) Existência de informação de cabimento antes da assunção de despesas, não devendo ser autorizada qualquer despesa que não tenha sido objeto de cabimento e compromisso orçamental;	DEF TRANSVERSAL Executivo Municipal	(1) Medida implementada	2	1	Fraco		x	x				
52	Gestão Financeira	Despesa/ Tesouraria	Favorecimento na priorização dos pagamentos;	2	2	Moderado	1) Verificar periodicamente as ordens de pagamento emitidas, respetivas datas de vencimento das faturas e data de entrada na contabilidade;	DEF	(1) Medida implementada	1	2	Fraco		x	x				
53	Gestão Financeira	Processo de Liquidação, Cobrança e Pagamento das Receitas Municipais	Não emissão de fatura/ guia de recebimento no momento de constituição da dívida; Não liquidação de juros (de mora, compensatórios ou indemnizatórios);	2	3	Elevado	1) Cumprimento da norma de controlo interno e Regulamento e tabela de taxas; 2) Emissão de fatura/ guia de recebimento no momento de constituição da dívida; 3) Liquidação de juros (de mora, compensatórios ou indemnizatórios);	DEF TRANSVERSAL	(2) Medida em curso de implementação	2	3	Elevado	x		x				
54	Gestão Financeira	Processo de Liquidação, Cobrança e Pagamento das Receitas Municipais	Faturas por pagar sem tramitação para cobrança coerciva e subsequente prescrição;	2	2	Moderado	1) Implementação de rotina de verificação dos recebimentos em atraso; 2) Obrigatoriedade de cumprimento das regras definidas na Norma de Controlo Interno; 3) Implementação da emissão das certidões de dívida através da aplicação informática de Execução Fiscal;	DAJ DEF TRANSVERSAL	(2) Medida em curso de implementação	2	2	Moderado	x		x				
55	Gestão Patrimonial	Gestão de Bens Móveis	Inventário desatualizado do património de bens móveis; Extravio ou falhas na gestão do mobiliário; Reporte incompleto da informação patrimonial do município;	2	2	Moderado	1) Assegurar a inventariação sistemática e atualizada do Património Municipal; 2) Cumprimento do Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal e da Norma de Controlo Interno; 3) Codificação dos Bens Móveis e Auditoria Anual para verificação do cumprimento da Norma de Controlo Interno e do Regulamento de Inventário e Cadastro do Património da CM de Estarreja;	DEF	(2) Medida em curso de implementação	2	2	Moderado	x		x				
56	Gestão Patrimonial	Gestão de Bens Imóveis	Inventário desatualizado do património de bens imóveis;	2	2	Moderado	1) Assegurar a inventariação sistemática e atualizada do Património Municipal; 2) Cumprimento do Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal e da Norma de controlo Interno;	DEF	(2) Medida em curso de implementação	2	2	Moderado	x		x				
57	Gestão Patrimonial	Salvaguarda do Património Municipal	Apropriação indevida de bens imóveis (terrenos) públicos;	2	2	Moderado	1) Verificar se os terrenos de domínio público e privado se encontram ocupados abusivamente; 2) Vedação de forma a demarcar os limites dos terrenos que constituem propriedade privada e promover a devida identificação;	DPOM	(1) Medida implementada	2	2	Moderado	x		x	x			
58	Contraordenações	Instrução e Tramitação dos Processos de Contraordenação	Pendências injustificadas de processos de contraordenação; Incumprimento de prazos; Risco de Prescrição;	2	2	Moderado	1) Gestão e controlo dos prazos de prescrição; 2) Verificação e ordenação dos processos por ordem de entrada e priorizar os que se aproximam da data limite de prescrição;	DAJ	(1) Medida implementada	2	1	Fraco		x	x				
59	Cobrança Contenciosa	Cobrança Contenciosa das Dívidas de Execução Fiscal	Não encaminhamento para cobrança contenciosa das importâncias em dívida ao Município;	2	2	Moderado	1) Cumprimento das regras legais e regulamentares instituídas referentes à cobrança contenciosa das dívidas ao Município;	DAJ TRANSVERSAL Executivo Municipal	(2) Medida em curso de implementação	2	1	Fraco		x	x				
60	Habituação Social	Incumprimento dos Contratos de Habituação Social	Falhas no processo de acompanhamento do pagamento atempado de rendas de habitação social; Risco de prescrição das dívidas;	2	3	Elevado	1) Cumprimento da tramitação dos procedimentos subsequentes à deteção de não pagamento de rendas, cumprindo os prazos e procedimentos instituídos no contrato, na norma de controlo interno e nas normas de execução orçamental; 2) Promoção da cobrança coerciva e emissão de certidões de dívida nos termos legais;	DEDS Vereador(a) c/ Competência Delegada	(1) Medida implementada	2	2	Moderado	x		x				

GABINETE DE AUDITORIA INTERNA E QUALIDADE (GAIQ)		Responsável pelo cumprimento normativo: Sr.ª Presidente da Câmara Dr.ª Isabel Simões Pinto						Matriz de Risco - ANEXO [ABRIL/2026] RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ANUAL DOS RISCOS CONSTANTES NO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS													
Riscos decorrentes de segmentos de atividade associados às áreas funcionais/ competências previstas no Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (Despacho n.º 12148/2019 publicado em DRE a 18/12/2019)																					
Nº	Principais Áreas funcionais/ competências	Segmentos de Atividade e Exercício de funções com riscos	Riscos Identificados (Conexos com as funções/ ações/ procedimentos)	Classificação e Gradação do Risco [24/10/2024]			Controlos existentes a acionar I Medidas preventivas e/ ou corretivas	Responsável (eis) p/ Implementação das medidas propostas (cargo ou carreira/ categoria e nome)	Possibilidades de resposta: (1) Medida implementada; (2) Medida em curso de implementação; (3) Medida não implementada; () nada aplicável (na)	GR EM RESULTADO DO GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDA(S)			[ABRIL/2026]								
				PO	I	GR				PO	I	GR	O grau do risco:			O risco é de:					
				Baixa (1) Média (2) Alta (3)	Baixo (1) Médio (2) Alto (3)	Mínimo Fraco Moderado Elevado Máximo							Aumentou	Mantém-se	Reduziu	Mantém	Transferir	Eliminar			
61	Recursos Humanos	Processamento de Vencimentos	Pagamento indevido de vencimentos, de ajudas de custo ou suplementos; Necessidade de correções a posteriori, com inerentes dificuldades de articulação com entidades terceiras (AT, CGA, SS);	2	2	Moderado	1) Pagamentos com dupla verificação prévia do cumprimento dos requisitos legais aplicáveis; 2) Monitorização do cumprimento das regras legais em sede de processamento de salários;	DAJ	(1) Medida implementada	2	1	Fraco				x	x				
62	Recursos Humanos	Assiduidade	Incumprimento do horário de trabalho; Deficiências na verificação e controlo de assiduidade; Falhas de controlo dos registos de assiduidade para efeitos de processamento de vencimentos com eventuais falhas no processamento e pagamentos indevidos; Favorecimento de comportamentos inadequados; Considerar indevidamente uma ausência como presença ao serviço;	2	2	Moderado	1) Conferência de todos os registos efetuados; 2) Análise sistematizada pelos Recursos Humanos dos registos efetuados pelo sistema biométrico; 3) Informação pelos Recursos Humanos sobre as consequências legais aplicáveis a todas as situações de incumprimento legal do horário de trabalho e remessa ao eleito local com competência na área para decisão nos termos legais;	DAJ TRANSVERSAL Executivo Municipal	(1) Medida implementada	2	1	Fraco				x	x				
63	Recursos Humanos	Acumulação de funções	Existência de acumulação de funções públicas e privadas com eventual conflito de interesses;	2	2	Moderado	1) Análise rigorosa do pedido de acumulação de funções e verificação da incompatibilidade ou impedimento; 2) Implementação e divulgação do Código de Conduta e Ética;	DAJ	(1) Medida implementada	2	2	Moderado		x			x				
64	Recursos Humanos	Trabalho Suplementar	Recurso abusivo ao trabalho suplementar como forma de suprir necessidades permanentes dos serviços;	2	2	Moderado	1) Análise rigorosa do pedido de acumulação de funções e verificação da incompatibilidade ou impedimento; 2) Implementação e divulgação do Código de Conduta e Ética;	DAJ TRANSVERSAL Executivo Municipal	(1) Medida implementada	1	2	Fraco				x	x				
65	Recursos Humanos	Acidentes de Trabalho	Incorreta caracterização de ocorrências participadas pelos trabalhadores como acidentes de trabalho (ocorrências não enquadradas no processo de acidentes de trabalho);	2	2	Moderado	1) Reforço da fiscalização por parte do executivo municipal, dos dirigentes e dos recursos humanos para cumprimento das exigências legais no sentido de averiguar a veracidade das participações; 2) Validação da participação pelo dirigente da unidade orgânica a que pertence o trabalhador;	DAJ TRANSVERSAL Executivo Municipal	(1) Medida implementada	2	2	Moderado		x				x			
66	Recursos Humanos	Recrutamento de Trabalhadores	(Des) favorecimento de candidatos por existência de conflito de interesses; Intervenção no processo de recrutamento e seleção de elementos com relação de proximidade, familiares ou de parentesco com os candidatos;	2	2	Moderado	1) Implementação do Regime Geral de Prevenção de Corrupção (RGPC); Implementação e divulgação do Código de Conduta e Ética (CCE); 2) Alteração do júri responsável quando exista conflito; 3) Subscrição por parte dos membros dos júris de Declaração de Inexistência de situações de incompatibilidade, impedimento ou conflitos de interesses;	DAJ Membros do Júri	(1) Medida implementada	2	2	Moderado		x					x		
67	Recursos Humanos	Proteção de Dados	Acesso indevido a dados pessoais de outrem; Divulgação de dados pessoais;	2	2	Moderado	1) Operacionalização de normativo associado constante na Norma de Controlo Interno (NCI) do Município de Estarreja;	DAJ	(1) Medida implementada	2	1	Fraco				x	x				
68	Recursos Humanos	Análise de Justificação de Faltas	Considerar indevidamente uma falta como justificada;	2	2	Moderado	1) Verificação de todas as justificações de ausência e respetivo enquadramento legal;	DAJ Presidente da CME	(1) Medida implementada	2	1	Fraco				x	x				
69	Recursos Humanos	Controlo de Baixas Médicas	Falsas baixas médicas;	2	2	Moderado	1) Requerer a verificação domiciliária da doença e Juntas Médicas em caso de suspeição de baixa fraudulenta, nos termos da Lei;	DAJ TRANSVERSAL Executivo Municipal	(1) Medida implementada	2	1	Fraco				x	x				
70	Recursos Humanos	Exercício de Atividade em Acumulação de Funções	Incompatibilidades; Utilização de recursos públicos no exercício da atividade privada; Exercício de atividades não autorizadas; Exercício de atividade privada durante o horário de trabalho;	2	2	Moderado	1) Ampla divulgação do Regime de Acumulação de Funções (RAF); 2) Controlo por parte dos Eleitos Locais e Dirigentes;	DAJ TRANSVERSAL Executivo Municipal	(1) Medida implementada	2	2	Moderado		x				x			
71	Subvenções	Apoios a Entidades	A proposta de atribuição de apoio não cumprir os requisitos constantes da Norma de Controlo Interno;	2	2	Moderado	1) A proposta de atribuição de apoio a apresentar pelo Presidente da Câmara ou Vereador com competência delegada, deverá conter os elementos constantes da Norma de Controlo Interno (valor do apoio, fundamentação, informação de cabimento e menção dos apoios em dinheiro ou em espécie atribuídos ao beneficiário)	GAP/GAA Executivo Municipal	(1) Medida implementada	2	2	Moderado		x				x			
72	Subvenções	Apoios a Entidades	Utilização das verbas concedidas às entidades beneficiárias para fins diversos dos que justificaram a sua atribuição, dos constantes dos protocolos ou dos contratos-programa aprovados em reunião de Câmara; Incumprimento por parte das entidades beneficiárias das obrigações definidas nos contratos programa ou protocolos;	2	2	Moderado	1) Celebração de protocolo/contrato-programa que vincula o beneficiário à restituição da verba atribuída caso não seja cumprido o seu objeto; 2) Verificação exaustiva do cumprimento dos fins que fundamentaram a atribuição do apoio e/ou cumprimento dos protocolos/contratos-programa celebrados; 3) Obrigação de entrega dos comprovativos de realização de despesa; 4) Elaboração de autos de medição ou apresentação de fatura antes da transferência de verba; 5) Verificação da veracidade dos documentos apresentados; 6) Verificação dos Planos e dos Relatórios de Atividades; 7) Designação de gestor de contrato para acompanhamento e monitorização dos protocolos, contratos-programa e demais instrumentos referentes à atribuição de subvenções ou benefícios públicos (por força da aplicabilidade das partes I e III do CCP);	GAP/GAA Executivo Municipal	(2) Medida em curso de implementação	2	2	Moderado		x					x		
73	Subvenções	Apoios a Entidades	Apoio a entidades não elegíveis, pelo facto de não se encontrarem em situação regular junto da Segurança Social e Autoridade Tributária ou com certidões inválidas;	2	2	Moderado	1) Verificação da situação tributária e contributiva, prévia à elaboração da proposta enviada para aprovação do executivo municipal;	GAP/GAA Executivo Municipal	(2) Medida em curso de implementação	2	1	Fraco				x	x				
74	Subvenções	Apoios a Entidades	Pagamento de apoios a entidades não elegíveis por não se encontrarem em situação regular junto da Segurança Social e Autoridade Tributária ou com Certidões inválidas;	2	2	Moderado	1) Verificação, pelos serviços da DEF, da situação tributária e contributiva no momento do pagamento;	DEF	(1) Medida implementada	1	2	Fraco				x	x				
75	Subvenções	Apoios a Entidades	Inexistência de regulamento eficaz que regule a atribuição de subsídios ou outros benefícios;	2	2	Moderado	1) Elaborar, aprovar e implementar Regulamento Municipal eficaz que defina critérios gerais e abstratos para concessão de subsídios/ Subvenções/ Benefícios;	GAA Executivo Municipal	(1) Medida implementada	2	2	Moderado		x					x		
76	Subvenções	Apoios a Entidades	Incumprimento do dever de imparcialidade e isenção por conflitos de interesses, interesses particulares ou influência indevida de terceiros;	2	2	Moderado	1) Subscrição da Declaração de Inexistência de Conflitos de interesses, incompatibilidades ou impedimentos no âmbito do processo de concessão de Subsídios/ Subvenções/ Benefícios, nos termos da Portaria n.º 185/2024/1, de 14 de agosto;	GAP/GAA Executivo Municipal	(2) Medida em curso de implementação	2	2	Moderado		x					x		
77	Subvenções	Apoios a Entidades	Falta de informação das entidades apoiadas que permita conhecer a legalidade da sua constituição, natureza dos fins que desenvolvem e situação económica e financeira;	2	2	Moderado	1) Atualização do cadastro de todas as entidades apoiadas prévia à decisão de concessão de benefícios, em cumprimento da norma de controlo interno e demais legislação em vigor;	GAP/GAA Executivo Municipal	(2) Medida em curso de implementação	2	2	Moderado		x					x		
78	Subvenções	Apoios a Entidades	Atribuição de Apoios Financeiros a Municípios/ Entidades com dívidas ao Município;	2	2	Moderado	1) Verificação, através de consulta do Sistema Informático Contabilístico, da Existência/ Inexistência de dívidas; 2) Não atribuição de Apoios a Entidades com dívidas ao Município;	GAP/GAA Executivo Municipal	(1) Medida implementada	2	2	Moderado		x					x		

GABINETE DE AUDITORIA INTERNA E QUALIDADE (GAIQ)		Responsável pelo cumprimento normativo: Sr.ª Presidente da Câmara Dr.ª Isabel Simões Pinto						Matriz de Risco - ANEXO [ABRIL/2026] RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ANUAL DOS RISCOS CONSTANTES NO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS											
Riscos decorrentes de segmentos de atividade associados às áreas funcionais/ competências previstas no Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (Despacho n.º 12148/2019 publicado em DRE a 18/12/2019)												GR EM RESULTADO DO GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDA(S)		[ABRIL/2026]					
Nº	Principais Áreas funcionais/ competências	Segmentos de Atividade e Exercício de funções com riscos	Riscos Identificados (Conexos com as funções/ ações/ procedimentos)	Classificação e Gradação do Risco [24/10/2024]			Controlos existentes a acionar I Medidas preventivas e/ ou corretivas	Responsável (eis) p/ Implementação das medidas propostas (cargo ou carreira/ categoria e nome)	Possibilidades de resposta: (1) Medida implementada; (2) Medida em curso de implementação; (3) Medida não implementada; () nada aplicável (na)	PO	I	GR	O grau do risco:			O risco é de:			
				Baixa (1) Média (2) Alta (3)	Baixo (1) Médio (2) Alto (3)	Mínimo Fraco Moderado Elevado Máximo							Aumentou	Mantém-se	Reduziu	Mantém	Transferir	Eliminar	
79	Controlo	Gestão de Riscos	Inexistência de exercício de competências funcionais do Gabinete de Auditoria e Qualidade (GAIQ)	2	3	Elevado	1) Afetação de recursos humanos tecnicamente qualificados para o exercício de competências no âmbito do presente Plano;	Executivo Municipal	(1) Medida implementada	2	2	Moderado				x	x		
80	Controlo	Gestão de Riscos	Atualização e aprovação do Sistema de Controlo Interno (artigo 15º DL 109-E/2021 de 9/12)	2	3	Elevado	1) Elaboração e aprovação da Norma do Sistema de controlo interno e respetivas medidas de controlo, em consonância com a legislação aplicável;	DEF	(2) Medida em curso de implementação	2	3	Elevado	x				x		
81	Controlo	Gestão de Riscos	Envio de Propostas para Deliberação de Câmara, sem o respetivo Enquadramento Legal	2	2	Moderado	1) Monitorização das informações técnicas prestadas pelos serviços competentes;	GAP Executivo Municipal	(1) Medida implementada	1	2	Fraco				x	x		
82	Controlo	Gestão de Riscos	Identificação insuficiente/não identificação de situações, procedimentos e comportamentos potenciadores de riscos;	2	2	Moderado	1) Atualização e divulgação efetiva do Plano de Prevenção de Riscos e da Norma de Controlo interno com verificação permanente da sua execução;	GAIQ Executivo Municipal	(1) Medida implementada	2	1	Fraco				x	x		
83	Controlo	Ética e Transparência	Falta de aplicação do Código de Conduta e Ética;	2	2	Moderado	1) Cumprimento do estipulado no Código de Conduta e Ética;	DAJ/ SRHVCH TRANSVERSAL	(1) Medida implementada	2	1	Fraco				x	x	x	
84	Controlo	Ética e Transparência	Conflitos de interesses que comprometam a transparência das atividades e/ou dos procedimentos;	2	2	Moderado	1) Implementação do Código de Conduta e Ética; 2) Subscrição da Declaração de Inexistência de Conflitos de interesses nos termos constantes da Portaria 185/2024/1, de 14 de agosto;	TRANSVERSAL Executivo Municipal	(1) Medida implementada	2	1	Fraco				x	x		
85	Controlo	Implementação do Plano de Prevenção de Riscos de corrupção e infrações conexas	Não cumprimento das orientações do Mecanismo Nacional Anticorrupção, bem como das demais disposições legais em vigor, em matéria de riscos de gestão, corrupção e infrações conexas;	2	2	Moderado	1) Avaliação e atualização sistemática dos riscos de gestão e corrupção e respetivas medidas de controlo, em consonância com as diretivas nacionais e internacionais; 2) Ampla divulgação, interna e externa, do PPR e do Relatório Intercalar e Anual de Monitorização da Execução;	PC/ GAIQ/ GCRPP Executivo Municipal TRANSVERSAL	(1) Medida implementada	2	1	Fraco				x	x		
86	Urbanismo	Análise de Procedimentos sujeitos a Controlo Prévio, previstos no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)	Incompatibilidade entre as várias matérias regulamentares que servem de base ao serviço prestado e o Regime Jurídico de urbanização e Edificação;	2	2	Moderado	1) Revisão de todos os Regulamentos Municipais relativos à Urbanização e Edificação;	DGUT	(2) Medida em curso de implementação	2	2	Moderado	x				x		
87	Urbanismo	Apreciação de Processos Urbanísticos, Gestão e Licenciamento	Incumprimento dos deveres de isenção e imparcialidade, por conflitos de interesses, interesses particulares ou influência indevida de terceiros, incluindo favorecimento ou prejuízo de entidades em proveito próprio ou de terceiros;	2	2	Moderado	1) Implementação do Código de Ética e Conduta; 2) Implementação de sistema de distribuição aleatória de processos; 3) Assegurar a subscrição de declaração de inexistência de situações de incompatibilidades, impedimentos ou conflito de interesses pelos diversos intervenientes nos processos de urbanismo, nos termos da Portaria n.º 185/2024/1, de 14 de agosto;	DGUT	(2) Medida em curso de implementação	2	2	Moderado	x				x		
88	Urbanismo	Apreciação de Processos Urbanísticos	Deficiente Avaliação Técnico-Urbanística; Ausência de Procedimentos Uniformes; Análise, Informação e Decisão diferentes para Processos da mesma Natureza;	2	2	Moderado	1) Estabelecimento de orientações internas e normalização do tipo de avaliação e análise técnica dos processos, estruturando-a e parametrizando-a consoante os tipos de procedimentos urbanísticos vigentes, tendo em vista a uniformização de apreciação e decisão;	DGUT	(2) Medida em curso de implementação	2	2	Moderado	x				x		
89	Urbanismo	Apreciação de Processos Urbanísticos	Disparidade nos tempos de apreciação; Incumprimento de prazos no procedimento urbanístico e/ou atuação extemporânea; Falta de celeridade; Risco de tomada de decisão fora de tempo, ausência de decisão ou decisão não fundamentada; Deferimento tácito;	2	2	Moderado	1) Monitorização dos tempos de apreciação/decisão nos Processos Urbanísticos; 2) Implementação da desmaterialização total dos processos, dos Pareceres e do Procedimento Urbanístico; 3) Informatização e monitorização do cumprimento dos prazos constantes do RJUE e CPA;	DGUT Vereador c/ Competência Delegada	(2) Medida em curso de implementação	2	2	Moderado	x				x		
90	Urbanismo	Alojamento Local	Não cumprimento do regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local, por ausência de vistoria para verificação do cumprimento dos requisitos do alojamento após a apresentação de comunicação prévia com prazo;	2	2	Moderado	1) Nomeação de comissão de vistorias; 2) Realização de vistoria, no prazo de 30 dias após a apresentação da comunicação prévia com prazo, conforme determina o art.º 8º do DL 129/2014, de 29 de agosto, na atual redação;	DGUT Vereador c/ Competência Delegada	(1) Medida implementada	2	1	Fraco				x	x		
91	Urbanismo	Cálculo dos Valores a cobrar	Incorreção no cálculo da compensação urbanística, bem como de outras taxas;	2	2	Moderado	1) Cálculo das áreas e inserção no sistema informático, para efeitos da taxa de processos; 2) Cálculo, apuramento e conferência das taxas/valores a cobrar mediante inserção das unidades de medida; 3) Identificação da receita por rubrica económica, identificação do número do processo e o tipo de procedimento bem como o apuramento do valor final a cobrar; 4) Dupla conferência dos cálculos efetuados;	DGUT Vereador c/ Competência Delegada	(2) Medida em curso de implementação	2	1	Fraco				x	x		
92	Fiscalização Sucessiva	Fiscalização Sucessiva	Ausência de fiscalização sucessiva de operações urbanísticas;	2	3	Elevado	1) Criação de Equipa Multidisciplinar para efeitos de Fiscalização Sucessiva; 2) Elaboração de Manual de Procedimentos/ Orientações escritas contendo os Procedimentos de Fiscalização Sucessiva; 3) Elaboração de Plano de Fiscalização Sucessiva; 4) Realização de ações de fiscalização das operações urbanísticas em conformidade com o definido no Plano; 5) Aplicação de medidas de tutela urbanística; 6) Elaboração de Relatórios a anexar em todos os processos contendo as diligências efetuadas;	DGUT Vereador c/ Competência Delegada	(3) Medida não implementada	2	3	Elevado	x				x		
93	Fiscalização	Fiscalização	Ações de fiscalização a operações urbanísticas não registadas ou documentadas;	2	3	Elevado	1) Elaboração e utilização de <i>Check-list</i> , por cada visita efetuada às obras, e que são arquivadas nos serviços de fiscalização, para controlo interno, visto não ser exigido mais o registo em Livro de Obra, pelo DL 10/2024, de 08/01.	DAJ/ FM	(1) Medida implementada	2	1	Fraco				x	x		
94	Fiscalização	Fiscalização	Violação dos deveres de isenção e imparcialidade na realização das ações de fiscalização;	2	2	Moderado	1) Cumprimento do Código de Conduta e Ética, e Portaria n.º 185/2024/1 de 14 de agosto;	DAJ/ FM	(1) Medida implementada	2	1	Fraco				x	x		
95	Fiscalização	Fiscalização	Ausência de atuação em situação de irregularidades ou ilícitos, tendo conhecimento dos factos;	2	2	Moderado	1) Promoção de decisões devidamente fundamentadas para dar a conhecer ao município de todas as medidas de tutela da legalidade de que dispõe, vinculando simultaneamente todas as partes;	DGUT Vereador c/ Competência Delegada	(1) Medida implementada	2	1	Fraco				x	x		
96	Ambiente	Resíduos	Ações de monitorização de depósitos ilegais de resíduos;	2	2	Moderado	1) Elaboração de Plano de monitorização de riscos ambientais e medidas mitigadoras;	DAS	(1) Medida implementada	2	1	Fraco				x	x		
97	Ambiente	Resíduos	Gestão e controlo dos Resíduos Urbanos (RU)	2	2	Moderado	1) Acompanhamento e monitorização do contrato de concessão;	DAS	(1) Medida implementada	2	1	Fraco				x	x		

GABINETE DE AUDITORIA INTERNA E QUALIDADE (GAIQ)		Responsável pelo cumprimento normativo: Sr.º Presidente da Câmara Dr.º Isabel Simões Pinto						Matriz de Risco - ANEXO [ABRIL/2026]									
		Riscos decorrentes de segmentos de atividade associados às áreas funcionais/ competências previstas no Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (Despacho n.º 12148/2019 publicado em DRE a 18/12/2019)						RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ANUAL DOS RISCOS CONSTANTES NO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS									
Nº	Principais Áreas funcionais/ competências	Segmentos de Atividade e Exercício de funções com riscos	Riscos Identificados (Conexos com as funções/ ações/ procedimentos)	Classificação e Graduação do Risco [24/10/2024]			Controlos existentes a acionar I Medidas preventivas e/ ou corretivas	Responsável (eis) p/ Implementação das medidas propostas (cargo ou carreira/ categoria e nome)	Possibilidades de resposta: (1) Medida implementada; (2) Medida em curso de implementação; (3) Medida não implementada; () nada aplicável (na)	GR EM RESULTADO DO GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDA(S)			[ABRIL/2026]				
				PO	I	GR				O grau do risco:	O risco é de:						
				Baixa (1) Média (2) Alta (3)	Baixo (1) Médio (2) Alto (3)	Mínimo Fraco Moderado Elevado Máximo					Aumentou	Mantém-se	Reduziu	Manter	Transferir	Eliminar	
98	Ambiente	Resíduos	Regulamento e tarifa de Resíduos Urbanos (RU)	2	2	Moderado	1) Elaboração de regulamento municipal e aprovação de tarifas RSU nos termos da legislação em vigor;	DAS	(2) Medida em curso de implementação	2	2	Moderado	x	x			
99	Ambiente	Gestão Ambiental	Levantamento, planeamento e execução de intervenções no espaço público;	2	2	Moderado	1) Definição de grelha caracterizadora de riscos em espaço público e/ou relevância municipal que permita hierarquizar as intervenções;	DAS	(1) Medida implementada	2	2	Moderado	x	x			
100	Ambiente	Gestão Ambiental	Assegurar a elaboração dos Relatórios de Monitorização e Controlo Ambiental de análise ambiental estratégica dos Programas e Planos de Ordenamento em vigor	2	3	Elevado	1) Elaboração de Relatórios	DAS	(3) Medida não implementada	2	3	Elevado	x	x			
101	Ambiente	Gestão Ambiental	Elaboração e monitorização de Mapas de Ruído e Planos Municipais de Redução de Ruído;	2	3	Elevado	1) Elaboração de Mapas de Ruído e Planos Municipais de Redução de Ruído;	DAS	(2) Medida em curso de implementação	2	2	Moderado	x	x			
102	Saúde Pública e Bem Estar Animal	Recolha de Animais Errantes	Deficiente tratamento e em prazo de reclamações de recolha de animais errantes/	2	2	Moderado	1) Protocolos e procedimentos padronizados (manual de procedimentos para animais errantes); 2) Sistema de registo e acompanhamento (registo de todas as ocorrências em formato digital); 3) Comunicação com o município (confirmação da receção da exposição); 4) Parcerias institucionais (articulação com forças de segurança e Centros de Atendimento Médico-Veterinários).	Gab.VM/ DAS	(1) Medida implementada	1	2	Fraco	x	x			
103	Saúde Pública e Bem Estar Animal	Entrada e Tratamento de Animais	Recolha de dados insuficiente (ex. falha na leitura do microchip); Ausência de registos de animais, ou registos com informação incorreta no Canil Municipal/	2	2	Moderado	1)Protocolos para recolha de dados (definir procedimentos obrigatórios para identificação do animal - leitura de microchip, descrição física, fotografia); 2)Verificação obrigatória de microchip (leitura com mais de um leitor, sempre que possível, e em diferentes posições do animal); 3)Manutenção e calibração de equipamentos (garantir que os leitores de microchip estão operacionais); 4)Sistema de registo digital obrigatório (inserção dos dados num sistema informático); 5)Registo individual atualizado (ficha de identificação completa para cada animal); 6)Validação de dados (cruzamento com bases de dados nacionais ex.: SIAC).	Gab.VM/ DAS	(1) Medida implementada	1	1	Mínimo	x	x			
104	Saúde Pública e Bem Estar Animal	Gestão de Saúde Animal	Incumprimento do Plano Profilático	2	2	Moderado	1)Planeamento estruturado (definir e implementar um plano profilático detalhado - vacinação, desparasitação interna e externa, controlo sanitário); 2)Calendarização rigorosa de todos os procedimentos (com partilha da agenda entre a equipa); 3)Registo individual atualizado (ficha de identificação completa para cada animal e histórico de atos profiláticos sempre atualizado); 4)Definição de responsabilidades (atribuição clara de tarefas); 5)Gestão de stocks (controlo rigoroso do número de vacinas, transponders, boletins, desparasitantes e outros materiais necessários).	Gab.VM/ DAS	(1) Medida implementada	2	1	Fraco	x	x			

Mínimo	1	1%
Fraco	46	44%
Moderado	52	50%
Elevado	5	5%
Máximo	0	0%
(N.º Riscos) Total	104	100%